



ACÓRDÃO Nº 60/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11441/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD.
- 4- **Advogado:** Não Possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsáveis:** Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto, e o Sr. Gilmar de Oliveira Nascimento.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4214/2017– MP – EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.669/670).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, SEMAD Exercício de 2015.

Regularidade. Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular** a Prestação de Contas Anual dos Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAD (U.G.: 350101), referente ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto**, ordenador das despesas realizadas no período de **01/01/2015 a 26/04/2015**, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso I, ambos da Lei n.º 2.423/96, c/c art. 5.º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso I, da Resolução nº 4/2002– RITCE/AM;
- 10.2- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual dos Recursos Supervisionados da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAD (U.G.: 350101), referente ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Gilmar de Oliveira Nascimento**, ordenador das despesas realizadas no período



ACÓRDÃO Nº 60/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de **27/04/2015 a 31/12/2015**, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso II, ambos da Lei n.º 2.423/96, c/c art. 5.º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 4/2002–RITCE/AM;

10.3- Aplicar Multa, ao **Sr. Gilmar de Oliveira Nascimento**, no período de 27/04/2015 a 31/12/2015, na qualidade de ordenador de despesas dos Recursos Supervisionados da SEMAD, no valor de **R\$ 4.468,42** (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), com fulcro no Art. 53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96 com a nova redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 114/2013, em face da restrição, contida no item 1 do Relatório/Voto, item 1 da Notificação nº 09/2017-DICAD/MA e item 1 do tópico 22 – restrição do Relatório Conclusivo nº 12/2017 – DICAD/AM (fls 661/663);

10.3.1- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento da multa que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão (Encargos Gerais do Estado – SEFAZ), com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, nos termos do art. 173, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.4- Recomendar à atual Administração da SEMAD e dos Recursos Supervisionados pela SEMAD – SEMADRS, para que tome as seguintes providências:

- a. Obedecer ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, uma vez que não é razoável assumir compromissos financeiros sem a garantia dos recursos necessários ao pagamento;
- b. Tomar medidas corretivas em relação ao maior rigor no controle dos estágios da despesa.

11- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Fevereiro de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 60/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral